

ESTRATÉGIAS SÓCIO-CULTURAIS NO ASSOCIATIVISMO DE IMIGRANTES ITALIANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1890-1920)

PATRICIA GOMES FURLANETTO*

O objetivo deste artigo é apresentar algumas questões trabalhadas em minha tese de doutoramento (2007). A partir das práticas associativas efetivadas pelo grupo imigrante italiano, a pesquisa analisou a sua dinâmica cotidiana através de inúmeras adaptações e significados entre a mediação da (re) criação do sentimento pátrio – inclusive como resposta à sustentação de sua honra – e os diversos interesses desse grupo heterogêneo.

A cidade de Ribeirão Preto foi eleita como o espaço consagrado a essas indagações que me levaram a campo. Cabe ressaltar que não me propus promover uma historiografia urbana, o espaço urbano serviu-me como pano de fundo: uma cidade em pleno exercício de se fazer cidadina, uma vez que se tratava ainda de um espaço urbano embrionário, cujo crescimento era alavancado pelo vigor da cafeicultura em sua marcha frenética para o “Novo oeste paulista”¹.

Embora a cidade fosse receptáculo de tendências organizativas diversas, entre elas as mutuais, surgidas a reboque da imigração e das manifestações que ganhavam corpo nas grandes cidades, a dinâmica das sociedades de socorro mútuo desenvolveu-se por meio do estabelecimento de características muito próprias, revestidas de vicissitudes bastante particulares, principalmente em um espaço onde urbano e rural não estavam claramente definidos.

Ademais, na tentativa de se equilibrar em um tênue fio fronteiriço, muitas vezes as práticas sócio-culturais e políticas no interior das mutuais resvalaram num verdadeiro “salve-se quem puder”, que desembocou em atitudes pouco convencionais, situadas num universo também de fronteira entre o corporativismo étnico e o individualismo oportunista, ou, em outras palavras, entre as práticas que objetivaram a

*USP/UNIFEQB

¹ Atualmente, essa região corresponde geograficamente ao leste e ao nordeste do Estado de São Paulo. Entretanto, no período estudado, Martinho Prado Junior denominou esta região como “Oeste Novo” e a região de Campinas, Limeira e Rio Claro de “Oeste Antigo”.

necessidade de afirmação social e as que buscaram as melhores formas de inserção na dinâmica capitalista.

No sentido de reconhecer as práticas sócio-culturais cotidianas e os rituais desenvolvidos pelas sociedades mutuais, para em seguida descer a particularizações da práxis social indicada, utilizei uma extensa bibliografia, que serviu principalmente de esteio para a defesa do argumento segundo o qual as ações realizadas no interior das mutuais transcenderam a simples função da solidariedade, para firmarem-se como estratégias de sobrevivência, disputas e ascensão social na sociedade de adoção.

Assim, a luta pela (re)criação de algumas referências capazes de dar sustentação à uma memória coletiva desses imigrantes italianos, ocorrida através de um conjunto variado de práticas, como escolas, festas, homenagens e atividades de lazer em geral, usualmente cimentadas sob o sentimento pátrio, ofereceram, num primeiro momento, mesmo com os imigrantes se encontrando fragmentados em diversos níveis sociais, uma união que aparecia como necessidade para fazer frente às condições adversas da sociedade de adoção.

As associações de socorro mútuo analisadas situaram-se dentro do processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos formados no decorrer da economia cafeeira, com vistas a consolidar um conjunto de estratégias em resposta às diversas contingências produzidas naquele contexto. Aliás, estratégia é a expressão adequada para situar as variadas ações dessas organizações, pois se o assistencialismo significou a construção dos meios práticos para o provisionamento da existência de uma população fronteiriça, imigrante, as ações em favor do desenvolvimento de um sentimento identitário igualmente lançaram mão de tantos outros mecanismos de sobrevivência no interior da sociedade de adoção.

Ribeirão Preto (SP) vivenciou um grande desenvolvimento na virada do século XIX para o XX, a alteração da composição demográfica em Ribeirão Preto pode ser observada através dos números de nascimentos e de registros da chegada de sucessivas levadas de imigrantes, que se dirigiam, sobretudo, para a lavoura cafeeira, embora também tenham se assentado no meio urbano, onde promoveram consideráveis alterações. Visto que, diferentemente dos radicados no meio rural, que geralmente se subordinavam aos

contratos de colonato, os migrantes estrangeiros que acorreram à cidade se ramificavam em segmentos sociais diversificados.

Vários documentos nos mostram um panorama significativo a respeito do desenvolvimento e da ramificação das atividades econômicas que um dos principais centros urbanos do interior paulista poderia fornecer ao chamado mercado inter-regional, sendo que a presença maciça de imigrantes europeus diversificou e, reiteradamente, sofisticou os investimentos nos setores secundários e terciários da economia. Ademais, a implantação do sistema ferroviário e de meios de comunicação mais eficazes integrou Ribeirão Preto aos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, e ampliou as expectativas de ampliação do mercado consumidor de produtos e serviços.

O imigrante que se fixa na cidade ou se relaciona freqüentemente com esse espaço se contrapõe a uma concepção individualista do sistema econômico ao qual se insere e dos processos sociais nos quais se vê enredado. Dessa maneira, a organização coletiva de sociedades, por mais que tivessem interesses localizados, demonstra como não é possível negar os reflexos da ideologia coletiva que acabava por ser praticada no dia-a-dia das relações sociais.

De uma forma geral, a nacionalidade estrangeira acabou se tornando num instrumento de ajustamento às expectativas do processo capitalista no chamado “Novo Mundo”. Daí entendê-la como o “fundamento da aceitação da categorização racial pelo imigrante era de cunho competitivo, dado que por ela se filtravam as oportunidades na sociedade de adoção” (MARTINS, 1973:181).

Os imigrantes tornaram-se então itinerantes à procura da autonomia em suas vidas, e a opção pelas cidades definiu a luta, em termos de sobrevivência, pois representava o fim do isolamento, dos maus-tratos físicos e morais aos quais estavam submetidos nas fazendas de café, ou mesmo no país de origem. Participantes da constituição de um mercado interno de consumo que abriu novas oportunidades tanto para os detentores dos capitais gerados pelo café, quanto para indivíduos dotados de habilidades artesanais, as cidades conheceram um crescimento populacional e um acentuado processo de urbanização.

Ao assumir que “a cidade enquanto espaço potencial de conflito estimulava a solidariedade” (LUCA, 1990:18), é fundamental não confundir mutualismo com sindicalismo e, muito menos, afirmar que essa prática associativista constituiu a raiz do perfil do movimento operário. Primeiramente, porque as associações de socorro mútuo não eram organizações exclusivamente operárias, pois em seus interiores instalavam-se profissionais de segmentos variados. Em segundo lugar, diferentemente da ação sindical, o objetivo primeiro das sociedades era remediar situações cotidianas e permanecer como alternativa, proporcionando um espaço de construção de representações sociais que as revelavam como componentes ativas no desenvolvimento sócio-econômico da construção do espaço urbano.

Entretanto, à medida que cresciam, essas associações adquiriam particularidades no bojo da realidade em que eram organizadas e, naturalmente, abrigavam as mais variadas manifestações de confrontos políticos. É perceptível a participação do movimento operário no jogo de poder no interior dessas instituições étnicas. Todavia, somente de posse de uma análise mais detida e, por isso mesmo, mais aprofundada, é que se torna compreensível os papéis – inclusive convergências, quando forem os casos – das solidariedades étnicas e classistas, assim como a convivência dessas duas tipologias organizativas dentro de um mesmo organismo social.

Mediante pagamento de mensalidades de pequena monta, as sociedades de socorro mútuo constituíam-se, de modo geral, em instituições que propugnavam a promoção da cidadania mínima – senão da dignidade – aos seus societários, e, desse modo, constava em suas ações os cuidados com a saúde e a garantia de auxílio na velhice, na invalidez ou em doenças mais graves, assim como o custeio do funeral do sócio falecido (LUCA, 1990:18).

No entanto, no que diz respeito especificamente às mutuais italianas, existe certo consenso de que a pouca atenção dispensada ao desenvolvimento relativamente pequeno gerado por estas associações está associada ao tipo de imigração ocorrida, principalmente no Estado de São Paulo; ou seja, ao privilegiar a vinda de famílias camponesas para o trabalho nas lavouras de café, a política de imigração acabou por retardar o crescimento de Sociedades de Socorro Mútuo, tão comuns na Itália e em outros países europeus, já no século XIX:

As próprias características da imigração italiana para o Brasil, concentrada inicialmente na imigração de núcleos familiares para as lavouras de café (obviamente uma maioria de famílias camponesas) foram talvez a causa principal de um certo atraso na fundação e no desenvolvimento de sociedades mutualistas urbanas, ou que, pelo menos, ainda que sediadas nos centros urbanos que iam se desenvolvendo ao longo das ferrovias paulistas, funcionassem como ponto de encontro entre os artesãos, comerciantes e operários especializados italianos e os trabalhadores patrícios espalhados nas fazendas próximas (BIONDI, 2002:52).

Outra questão relevante levantada por Tânia de Luca diz respeito aos limites operacionais desse tipo de organização, pois, em sua maioria, essas sociedades foram fundadas no início do século XX, e contavam com um contingente restrito de associados, fato que redundava em desempenho modesto das funções específicas a que se propunham. Além disso, seus esforços concentravam-se em uma constituição onírica da terra natal, transmitida às gerações futuras numa tentativa de perpetuação da mitificação:

Se, por um lado, os dados a respeito do ano de fundação, número de sociedades e de sócios estimulam análises de natureza estatística, o mesmo não ocorre quando o problema é focado do ponto-de-vista da identidade cultural, dimensão essencial quando se trata das sociedades de socorro mútuo de etnias (LUCA, 1990:132).

A prática associativa tornou-se, então, um dado relevante da própria construção do tecido citadino, pois o desenvolvimento urbano nas últimas décadas do século XIX teve no crescimento das sociedades de socorro mútuo formadas por italianos, uma de suas características típicas. A criação desse tipo de associação é um dado concreto que comporta questões variadas e, portanto, considerações pontuais, como, por exemplo, o fato da prática associativa no Brasil ter contribuído para a realização de conquistas nos campos da assistência médica, educacional e da previdência social – que eram direitos até então negados e que a “cultura associativa”, através de suas práticas, percebia e disseminava suas visões de mundo (BATALHA,2004: 97). Outra consideração importante diz respeito à constante transformação dinâmica da vida vivida e percebida que acabam por provocar verdadeiras reinvenções destes conjuntos de práticas das sociedades.

Tais afirmações exigem que sejam evitadas certas generalizações a respeito do temário e das práticas promovidas pelas Sociedades, como se elas tivessem sido homogêneas em todo o Estado de São Paulo, pois existia uma variada constelação de realidades que condicionaram práticas sociais e culturais muito distintas, que

tangenciaram a existência dessas instituições. Em certos casos, abrigaram campos de legitimação de suas representações e, noutros, reordenações dessas mesmas representações a partir da definição de novas condições das pessoas que as compunham, sobretudo a ascensão sócio-econômica.

Acredito que as considerações empreendidas até aqui ressaltam a importância de se estudar de forma mais aprofundada estas sociedades em centros urbanos menores, localidades nas quais o urbano e o rural estavam extremamente próximos e o contato com os “colonos”, fazendeiros, empresários locais, artesãos e operários não era distante².

Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas as ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 1981: 263).

Em uma região que se transformava rapidamente, fato intensificado pela crescente pluralidade étnica e que demandava crescentes contingentes de mão-de-obra, especializada ou não, as contradições se avolumavam e marchavam lado a lado com o desenvolvimento. Assim, a união de várias nacionalidades no interior de entidades que as representassem diante da sociedade receptora se tornou uma estratégia de sobrevivência na condição de produto do senso prático, pois, ao resgatar antigas experiências associativas dos países de origem, os estrangeiros adequavam-se ao novo ambiente e principalmente às novas necessidades.

No caso italiano, a questão da mononacionalidade pode ser analisada a partir de suas próprias especificidades: o sentido contingencial da identidade italiana (isto é, a competição por postos de trabalho), observado pela predileção por italianos propagada nos discursos imigrantistas, bem como pela questão da auto-ajuda, que, num primeiro momento, não pode ser negada – ou seja, preocupações práticas de assistência médica,

² A questão do desenvolvimento urbano ligado ao desenvolvimento das Sociedades carece de reflexão, pois estas se localizavam em centros urbanos, embora esta afirmação não signifique que seja necessário um significativo desenvolvimento urbano para que as mesmas existam. Essa afirmação é reforçada justamente pelo fato de existirem também em centros urbanos menores onde sobreviviam fortes elos com o campo.

sanitária, de sobrevivência e de reconhecimento no novo ambiente –, mesmo que essa identidade tenha sido forjada num processo de criação tanto na Itália, como nas diversas regiões do mundo em que houve um movimento migratório italiano.

Ao estudar a dinâmica das sociedades e ao deter-se nos modos de manutenção ou transformação de posições socialmente definidas, é possível reconhecer nos seus espaços sociais as experiências do *campo* e da *estratégia*, conforme proposição de Pierre Bourdieu (1994:89-94). Desse modo, para se entender os comportamentos em um determinado *campo* – espaço permeado principalmente pelo poder simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam e legitimam as representações –, torna-se necessário o conhecimento das trajetórias percorridas por esses imigrantes até o momento da ocupação de uma posição ascendente, tanto no interior das mutuais, quanto no interior da sociedade de adoção.

Nesse sentido, todo imigrante é notoriamente um indivíduo de fronteira, uma vez que, seja qual for a realidade que é capaz de engendrar para si, ele se situa entre dois mundos: de um lado, clama a experiência do lugar, tantas vezes situado além de suas possibilidades de permanência – por isso, representado invariavelmente a partir da apreensão onírica; de outro lado, a nova – e, por muitas vezes, dura – realidade materializada pela sociedade de adoção. Daí a necessidade de estabelecer estratégias que impliquem a legitimação enquanto indivíduo e, concomitantemente, o ímpeto à ascensão social, ao conforto material e a definições políticas ideológicas.

Para se compreender a trajetória social desses imigrantes, é necessária a compreensão de suas posições diante de certas disputas e reorganizações de *habitus*, bem como da necessidade constante de legitimar suas posições e, a despeito dessas condições, suas próprias imagens. As ações dos sócios seguem determinados padrões; entretanto, seria um erro pensar num processo mecânico e determinado *a priori*. Disso resulta que argumentos teleológicos devem ser deixados de lado, para que seja possível apreender a dinâmica, a ousadia e mesmo a ingenuidade de determinadas situações vividas pelos imigrantes, as quais exigiram uma criatividade e velocidade de ação, onde a história instituída e as experiências vividas manifestaram-se através de comportamentos simbólicos que direcionaram a contínua reconstrução de seu papel diante da sociedade e deles próprios.

Nesse instante, resplandece em toda a sua carga de tensão e complexidade a idéia bourdieusiana *de habitus*, isto é, o comportamento e as atitudes filiados às experiências passadas que constituem o esteio da percepção e da ação: uma baliza social que permite ao indivíduo pensar e agir. Apesar de o *habitus* constituir-se num sistema originado no passado e instrumentalizado numa situação presente, sua reformulação não é apenas um dado concreto, mas constante, fato que exige readaptações às diferentes estruturas sociais diante das transformações da realidade suscitadas pelas *estratégias* e que, no caso das sociedades mutuais imigrantes, foram muitas vezes traçadas às expensas de estratégias que legitimassem novas condições sócio-econômicas de certos membros – as *estratégias*, diga-se de passagem, correspondem a produtos do imbricamento do *habitus* e do *campo*.

A confluência do pensamento de Thompson e de Bourdieu não se deve exclusivamente à matriz intelectual que nos leva à comunhão de uma raiz epistemológica, mas justamente ao alargamento do horizonte interpretativo do conceito de cultura. Nesse sentido, ambos – cada qual em resposta às vicissitudes de seu universo teórico-metodológico – promoveram uma flexibilização daquele conceito.

Dessa forma, a fundação e o funcionamento das sociedades italianas em cidades como Ribeirão Preto devem ser entendidos tendo em vista não somente o contexto mais amplo de afirmação das relações capitalistas, mas também como uma estratégia que procura, através de seus meios e condições específicas, trazer representatividade perante a sociedade receptora. Ou seja, estratégias que demonstram a maneira pela qual os imigrantes se organizam paulatinamente e assimilam tanto a nova pátria quanto a região na qual se fixavam e, mais ainda, as práticas sociais que redundaram em *campos* dotados de diversos *habitus*.

A movimentação desses imigrantes na estruturação de novas associações – oficialmente, mutuais e étnicas – ganhou respaldo nas gradativas alterações do corpo de associados e dos debates que tais sociedades começavam a abordar, isto é, posicionamentos político-ideológicos e ações concretas, com as quais os membros fundadores começavam a não concordar, gerando assim a possibilidade de criação de um novo espaço, onde seus posicionamentos e representações pudessem ser determinantes.

Ao percorrer as ações desses grupos, o objetivo de conquistar a liberdade/dignidade, fosse pelo trabalho, fosse pelo exercício da cidadania ou ainda pela declaração afirmativa de luta de classes, aparecia ligado à solidariedade como prática necessária para um futuro mais livre. Assim, através das dinâmicas dessas sociedades mutuais em Ribeirão Preto, foi possível perceber essa linha tênue, mas coerente, onde o imigrante desejava o fim das injustiças sociais sofridas, o fim da condição de não-proprietário e a participação na vida política e social da nova pátria e que, através de ações diversas, mantiveram a “solidariedade” e a “identidade nacional” como temática hábil e de fácil aceitação.

O sucesso na construção de uma identidade italiana entre os imigrantes que se organizaram coletivamente proporcionou a definição de um espaço de pertencimento aos imigrantes. As sociedades étnicas tornaram-se fonte de legitimidade, constituindo-se em uma das formas mais eficientes de representação, principalmente para os imigrantes que desejavam construir um prestígio social diante da sociedade local: as preocupações em demonstrar a capacidade de organização, de formalismo e de associativismo conferiam aos sócios uma prática cotidiana de alianças que resolviam problemas no dia-a-dia.

A disputa pelo controle das diretorias das sociedades pressupunha a definição da identidade “colônia italiana” e, por conseguinte, a definição dos valores e características nela inculcidos.

Desde o final do século XIX, Ribeirão Preto convertia-se em centro regional de redes comerciais e industriais, tendo a maioria dos cargos ocupados por estrangeiros, principalmente por italianos (ALVIM, 1995: 113-118). Desse modo, a urgência da consolidação da imagem dos italianos na cidade era uma exigência concreta, tanto para os trabalhadores qualificados que se dispunham a organizar sua própria empresa, quanto para aqueles que se empregavam em busca de melhores relações de trabalho.

As sociedades italianas formadas na América foram essenciais enquanto espaço de interação entre pessoas de várias regiões e de segmentos diferenciados, que disputaram, dentro de um universo heterogêneo, a capacidade de representar o “italiano” essencialmente patriótico. Pois, segundo Eric Hobsbawm (2000:79), a articulação da idéia de nacionalidade e de diferenças de classe acontece num processo

constante de redefinições de concepções e de graus de importância de uma ou de outra, dependendo dos objetivos a serem alcançados.

A questão da identidade étnica esteve presente de modo insistente no interior das associações, uma vez que esse tema, mesmo com vários significados, é decisivo para debater as práticas sociais cotidianas que consagraram ao imigrante um status diferenciado e que lhe impuseram uma necessidade de pertencimento. As práticas associativas tornaram-se estratégias de auto-afirmação e construção de uma identidade nacional que serviu como espaço de manobra na demonstração da importância do elemento imigrante perante a sociedade local.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika.(1995) Italianos em São Paulo. Dimensiones de la italianidade en el estado de São Paulo em 1920. In: **Estúdios Migratórios Latinoamericanos**. Buenos Aires, n°.29, abril, pp. 113-118.

BATALHA, Cláudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira. (2004) **Cultura de Classes: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. Unicamp.

BATALHA, Cláudio H. M.(1999) “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, **Cadernos do AEL**, n° 10/11, pp. 41-68.

BIONDI, Luigi. (2002) **Entre Associações Étnicas e de Classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

BOURDIEU, Pierre. (1994) **Questões de Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.) “Coleção Grandes Cientistas Sociais” São Paulo, Ática.

HOBBSBAWM, Eric J.(2000) Qual é o país dos trabalhadores?. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79.

LUCA, Tânia R. de (1990) **O sonho do futuro assegurado : (O Mutualismos em São Paulo)**. São Paulo: Contexto.

RALLE, Michel. (1999) “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha: (1870-1910)”, **Cadernos do AEL**, n° 10/11, pp. 13-40.

SILVA JÚNIOR, Adhemar L. da. (1999) Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul 1854-1889. Porto Alegre: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXV, n° 2, dez.

TRENTO, Ângelo. (1989) **Outro lado do Atlântico: Um século de imigração italiana**. São Paulo: Nobel.